

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 24.621.899-4, concede LAS - Licença Ambiental Simplificada nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR			
CPF/CNPJ 78.121.936/0001-68	Nome/Razão Social MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ		
RG/Inscrição Estadual ---	Logradouro e Número Av. Brasil, 245		
Bairro ---	Município / UF Três Barras do Paraná/PR	CEP 85.485-000	

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO			
Atividade		Potência Instalada	Porte
Parques Urbanos			Médio
Atividade Específica			
Parque Urbano			
Coordenadas UTM (E-N)		Logradouro e Número	
280738.0 - 7187121.6		Rua Minas Gerais, SN, Lago Municipal	
Bacia Hidrográfica		Município / UF	CEP
Iguaçu		Nossa Senhora de Fátima	Três Barras do Paraná/PR
			85.486-514

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO					
3.1 ÁGUA UTILIZADA					
Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)	
Rede Pública	Empreendimento	0,01	--	280749.31 - 7187095.33	
3.2 EFLUENTES LÍQUIDOS					
Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
drenagem pluvial	Rede Pública	Rede Pública	0,01	--	280749.31 -

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

- 4. CONDICIONANTES**
- O empreendedor, durante a implantação do empreendimento, deverá comunicar imediatamente ao Instituto Água e Terra a identificação de impactos ambientais supervenientes ao RAS, para manifestação deste órgão e adoção das providências que se fizerem necessárias.
 - Apresentar a comprovação da implantação dos sistemas de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário, nos locais não dotados de sistema público de esgotamento sanitário e destinação adequada.
 - As inserções no solo para a execução das obras necessárias ao empreendimento: devem observar os seguintes critérios:- Prever dispositivos de controle e captação de águas pluviais a jusante do empreendimento para evitar processos erosivos, segundo o que foi estabelecido pelo projeto de drenagem;- Evitar inserções no solo ou obras de escavações em períodos de chuvas; - As obras de terraplenagem e a implantação de redes de galerias pluviais, de água e esgoto devem ser executadas simultaneamente, observando dispositivos de drenagem e obras de contenção; - A ocupação de lotes só será permitida após a efetiva ligação do sistema de esgotamento sanitário e galerias de águas pluviais.
 - O não cumprimento a Legislação ambiental vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes, as sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08.
 - A presente Licença Ambiental Simplificada poderá ser cancelada ou suspensa se for constatada inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, conforme disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA nº 237/97.
 - A Outorga de Direito deverá ser apresentada ao Instituto Água e Terra antes do início da ocupação do empreendimento.
 - Atender a Legislação vigente referente à proteção do patrimônio arqueológico em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.
 - Deverá, obrigatoriamente, ser consultado o município com relação à exigência do licenciamento ambiental a nível municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011.
 - Em caso de área rural - Atender aos dispositivos relativos à Reserva Legal conforme Legislação Ambiental vigente - apresentação do recibo do CAR;
 - Cumprir com todos os Programas Ambientais apresentados no RAS e detalhados no RDPA - Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais, apresentando relatórios periódicos ao Instituto Água e Terra.
 1. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS refere-se somente ao Parque Municipal de Três Barras do Paraná, sobre as áreas públicas de domínio do Município de Três Barras do Paraná, sendo de responsabilidade do requerente a titularidade dos imóveis;
 2. É vedada a interferência direta em área de terceiros sem a devida anuência;
 3. DEVERÁ COLOCAR UMA PLACA CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES DA LICENÇA AMBIENTAL NO LOCAL, COM: NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO, DATA DA EMISSÃO, DATA DE VALIDADE, ÁREA AUTORIZADA, QUANTIDADE DE ÁRVORES NATIVAS AUTORIZADAS, QUANTIDADE DE ÁRVORES EXÓTICAS, CONDICIONANTES, OUTORGAS ETC, AFIM DE DAR PUBLICIDADE A POPULAÇÃO LOCAL.
 4. Se houver necessidade de descarte de material proveniente da atividade, o mesmo deverá ser feito em bota-fora, e esse bota-fora não pode estar inserido em área de preservação permanente - O BOTA FORA ESTÁ PREVISTO SOB A ÁREA DO MUNICÍPIO, ÁREA CONSOLIDADA COM LEUCENAS, SOB AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS 22 J 278231 m E 7191800 m S.
 5. O MATERIAL DESCARTADO DEVE SER ESPALHADO SOBRE A ÁREA DE BOTA-FORA, SENDO PROIBIDO O DESPEJO EM MONTES.
 6. É expressamente PROIBIDO o abastecimento de máquinas e equipamentos em área de preservação permanente;
 7. Expressamente PROIBIDA a implantação de benfeitorias/obras/estruturas em nascentes;
 8. Em áreas alagadiças utilizar técnicas de exploração adequadas de modo a causar o menor impacto possível;
 9. Expressamente PROIBIDO o uso de fogo, bem como o depósito de qualquer material em áreas de preservação permanente;
 10. Deverá implantar o projeto conforme apresentado no procedimento de licenciamento ambiental, ficando PROIBIDA a alteração sem prévia consulta ao órgão ambiental;
 11. Os insumos para execução das atividades de pavimentação e drenagem de águas devem ser originados de empresas/locais com Licença Ambiental vigente do IAT e ANM;

22. 12. EXPRESSAMENTE PROIBIDA a supressão de vegetação nativa sem autorização;
23. 13. Deverá ser feita a recomposição e recuperação da área de preservação permanente conforme PCA apresentado, além de realizar o acompanhamento adequado com tratos silviculturais para o devido estabelecimento e desenvolvimento da vegetação nativa/mudas;
24. 14. A implantação de obras de execução deverá ser acompanhada por profissional técnico habilitado da prefeitura do Município de Três Barras do Paraná e da empresa contratada para execução;
25. 15. Apresentar a este órgão ambiental, o responsável técnico pela implantação/execução das medidas de controle ambiental, execução do PCA, previstas neste procedimento administrativo, além da ART, em prazo de 60 (sessenta) dias a contar a data da emissão da LAS;
26. 16. Deverá ser feito o controle quanto a possíveis processos erosivos e deslizamentos de solo, além da condução das águas pluviais durante e após a movimentação de solo através do sistema de drenagem adequado;
27. 17. Preservar a vegetação e camada superficial do solo, evitando sua exposição;
28. 18. As obras de terraplanagem e movimentos de solo deverão ocorrer simultaneamente com a implantação de sistemas de drenagem e obras de contenção;
29. 19. Evitar concentrações de água sem a devida proteção;
30. 20. Deverá apresentar ao Instituto Água e Terra, via eprotocolo, Laudo de Conclusão de Obra com ART, contendo memorial fotográfico e descritivo ao término da atividade, bem como suas etapas de conclusão. Apresentando também, a destinação dos materiais retirados e gerados pela atividade (manifesto de transporte), assim como a Outorga de Direito emitida pelo IAT para a Outorga Prévia apresentada;
31. 21. Deverá constar no Laudo de Conclusão de Obra entregue ao IAT um relatório referente aos resíduos da construção e demolição e material dragado, com volume de cada classe e certificado/comprovante de destinação para empresa devidamente licenciada;
32. 22. Apresentar ART de EXECUÇÃO de todos os PROJETOS apresentados a serem executados no parque, via eprotocolo, em prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a data da emissão da presente licença ambiental;
33. 23. A elaboração e execução de todos os projetos apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e seus responsáveis técnicos.
34. 24. Deverá realizar medidas de controle de erosão no local.
35. 25. Deverá fazer a gestão dos resíduos sólidos no local, com a implantação de lixeiras, classificando-os resíduos sólidos e também o devido recolhimento.
36. 26. Fixar placas com conteúdo de EDUCAÇÃO AMBIENTAL ao longo de toda extensão da trilha/pista de caminhada, além de lixeiras com segregações de resíduos.
37. 27. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico ou das modificações das condições ambientais, conforme Decreto Estadual nº 857/1979, artigo 7º, parágrafo 2º;
38. 28. O não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes, inclusive RESPONSÁVEIS TÉCNICOS às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008;
39. 29. As ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos ou atividades necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico para a parte ampliada ou alterada, adotados os mesmos critérios do licenciamento, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 22.252/2024 e Decreto Estadual 9.541/2025.
40. 30. Esta Licença foi concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
41. 31. Os critérios adotados poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental;
42. 32. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
43. Todos os programas e projetos apresentados que deverão ser executados referentes às condicionantes desta Licença Ambiental deverão ter as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, ou equivalente, devidamente recolhidas e anexadas aos respectivos projetos.
44. 34. O Instituto Água e Terra - IAT, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambiental expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização; III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Cascavel, 12 de Dezembro de 2025	Assinatura do Representante
Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível.	<div>MARLISE DA CRUZ</div> <div>Escritório Regional de Cascavel</div>